



Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; PDT – 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guilomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 34.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Heinz Herwig.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Costenaro Neto, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Namiir Piacentini, Nelson Garcia, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur e Severino Félix (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Dalton Machuca, Duílio Genari, Elío Rusch, Emilia Belinati, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço e Rossoni (20).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Of. nº 059/94

Curitiba, 28 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Durante a Sessão Extraordinária de ontem, ao votar o Projeto de Lei nº 057/94 - Integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Militares e das Praças Polícia Militar a Qualificação Militar - constatou-se que houve rasura na data de apresentação da emenda formulada pelo relator.

Entendo isto de extrema gravidade, pois a alteração da data pode tornar o parecer do relator sem validade. Por ter sido o relator e ter dado o parecer dentro do período em que pertencia à Comissão de Segurança Pública é que, através do presente solicito a apuração do fato.

Tal apuração deve ser feita dentro do mais curto período de tempo possível e para isto defendo que Vossa Excelência requeira imediatamente à Polícia Técnica para fazer os exames grafotécnicos necessários.

Feita a apuração, se houver o envolvimento de algum Parlamentar, que seja aplicado o Regimento Interno desta Assembleia, no que diz respeito ao Decoro Parlamentar.

Certo de que Vossa Excelência não será conivente com este ato, aguardo a solução.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Of. nº 075/94

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que estarei ausente da Assembleia Legislativa e conseqüentemente da Sessão Plenária no dia de amanhã, dia 28 de abril, em virtude de viagem à Cidade de Guaíra, no Oeste Paranaense, onde estarei participando dos atos solenes de abertura de mais uma Festa das Nações.

Na oportunidade, reafirmo os meus melhores protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) ELIO RUSCH

Of. nº 103/94

Curitiba, 27 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Solicito justificativa à minha ausência na Sessão Ordinária desta Casa de Leis no dia 18 de abril de 1994 por me encontrar em audiência com o Governador Mário Pereira e dia 20 de abril de 1994 por me encontrar na região sudoeste do Paraná no encontro na comunidade de Dois Vizinhos.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 401/93, item 02 (dois), de autoria do Poder Executivo, da Ordem do Dia de hoje, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1008

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 075/91, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infanto-Juvenis.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretendia declarar como de Utilidade Pública decidiu pela sua extinção por avaliar que os fins para os quais havia sido criada já foram atingidos.

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER:

1 - Que os documentos delituosos apreendidos no Setor de "xerox" do Subsolo desta Casa de Leis em data de ontem (27.04.94), não sejam devolvidos ao Deputado João Preis, em atendimento ao seu requerimento de mesma data (n° 1001), haja vista que está provada a materialidade do crime e a autoria do delito, razão pela qual o nobre Deputado quer destruir as provas contundentes contra ele apreendidas por funcionários desta Casa, conforme determinação da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado.

Informo ainda que as medidas judiciais cabíveis estão sendo interpostas nesta data.

2 - Requer ainda, as fotocópias autenticadas e cópias taquigráficas do pronunciamento deste requerente.

3 - Auto de apreensão autenticado do material delituoso.

4 - Requer ainda cópia autenticada do requerimento do Deputado João Preis (n° 1001) e cópia taquigráfica do pronunciamento de leitura do mesmo na sessão de ontem.

5 - Cópia da Ata da sessão da data de ontem (27.04.94).

6 - Fotocópia autenticada (confere com o original) pela Mesa Executiva de todo o material delituoso apreendido em data de ontem (27.04.94).

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 1007

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao

Excelentíssimo Senhor Coronel Sérgio Itamar Alves, Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando a determinação de Policiamento Ostensivo nas localidades Vila Tarumã e Estância Pinhais, no Município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal, aos Senhores Vereadores de Pinhais e à Senhora Nilvia S. U. de Araújo, Presidente da Associação de Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais (R. Guilherme Weiss, 500 - Vila Tarumã/Pinhais - CEP 83323-200).

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a reivindicação da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tarumã e Estância Pinhais, no Município de Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Segundo aquela entidade, têm sido constantes os ataques de marginais à população, inclusive, "em plena luz do dia".

Diante disso, confiamos na diligente atenção do Senhor Comandante-Geral da PMPR, a fim de devolver a tranqüilidade aos moradores das regiões supramencionadas.

REQUERIMENTO N° 1009

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre o andamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela SEED para apurar irregularidades na Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo, conforme o ofício anexo sob o n° 704/93-DG/SEED, de 27/07/1993, daquela pasta.

Requer, outrossim, cópia de todos os documentos dos ditos Processo de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelos termos do ofício anexo, de 27 de julho de 1993, o Senhor Caleb Pereira de Carvalho Filho, como Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação informa que, tendo em vista a constatação, por via de Processo de Sindicância, de irregularidades na Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo, nesta Capital, aquela Pasta determinou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Tal procedimento teria o fim de apurar as seguintes irregularidades: disfunção de funcionários; prática de comércio dentro

do estabelecimento e cantina comercial com funcionamento irregular.

Em que pese a consideração dispensada pela Secretaria às denúncias que resultaram na instauração dos referidos processos, até a presente data não se tem conhecimento das suas conclusões e/ou providências.

Diante disso, confiamos na diligente atenção da SEED para informar sobre o requerido, a fim de também podermos informar aos interessados.

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Educação
Diretoria Geral

Of. nº 704/93-DG/SEED

Curitiba, 27 de julho de 1993.

Prezada Senhora:

Acusamos o recebimento da correspondência datada de 09/06/93, endereçada ao Senhor Governador do Estado, protocolada sob nº 1.528.137-5, através do qual Vossa Senhoria solicita audiência para relatar problemas do Colégio Estadual Arthur Ribeiro de Macedo, desta Capital.

A respeito do assunto, cumpre-nos informar-lhe que foi instaurado um Processo de Sindicância, pela Assessoria Jurídica, desta Pasta, em 16/05/93.

Outrossim, a Comissão Sindicante concluiu pela necessidade de instauração de Processo Administrativo Disciplinar diante de irregularidades encontradas:

- a) Disfunção de funcionários;
- b) Prática de comércio dentro do estabelecimento;
- c) Cantina comercial com funcionamento irregular.

Atenciosamente,

(a) CALEB PEREIRA DE CARVALHO FILHO
Diretor Geral

Ilma. Sra.
LUZIA JUSKI
Rua Álvaro Alvim, 483
Seminário
Nesta Capital
lamn/ras

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Rolf Koerner Junior, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando:

- 1. Cópia de inteiro teor de todo o trabalho efetuado pela Com. Examinadora;
- 2. Cópia da Solução.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Boletim Geral do CCB nº 223/19, novembro/91 constituiu "Comissão Examinado-

ra" para proceder exame e dizer das condições em que foi entregue ao Corpo de Bombeiros uma Central de PABX-Batik.

Na condição de Deputado e com este direito é que solicita tais informações e peço a aprovação dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo expediente a ser lido, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem ficamos surpreendidos com uma acusação feita a nossa pessoa, de que havíamos cometido crime eleitoral, usando a gráfica da Assembleia Legislativa e de onde estariam partindo panfletos condenando e caluniando o Deputado Estadual Durval Amaral.

Temos a informar aos companheiros de que desta Tribuna, por inúmeras vezes, fizemos acusações de dinheiro mal aplicado pela Secretaria do Trabalho, até hoje não contestada pelo titular da época, Durval Amaral.

O que fizemos ontem foi uma matéria simples, um xerox normal de arquivo do nosso gabinete referentes a nossa acusação apenas, única e exclusivamente, destinado ao uso do nosso gabinete. Xerocamos, dentro da nossa cota normal, não usamos, como o Deputado que nos acusou, da Secretaria dois anos usando dinheiro do Estado, considerado o sexto em miséria no Estado, usou esse dinheiro para se auto promover, que é do conhecimento de todos os Deputados aqui através de um requerimento onde fizemos acusações, até hoje não contestadas.

O Deputado solicitou a apreensão do documento que nada mais é do que cópias de ofícios, cópias de jornais que é do conhecimento público.

Nós, ainda ontem, fizemos um ofício a S.Exa. o Senhor Presidente do qual leio o teor (Lê):

"Of. nº 424/94

Curitiba, 27 de abril de 1994.
Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para solicitar a especial atenção de Vossa Excelência no sentido de determinar a imediata devolução dos documentos apreendidos (75 folhas) por esta Presidência, no setor de xerox, hoje, às 15:40 hs., por requerimento do Senhor Deputado Durval Amaral.

Estes documentos são cópias de ofícios e recortes de jornais todos de conhecimento público, e estavam sendo xerocopiados, dentro da nossa cota mensal de fotocópias fornecido pela Casa.

Diante do exposto, e na certeza de que a nossa liberdade como Parlamentar nesta Casa, será assegurada por esta Presidência.

cia, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

JOÃO PREIS

Dep. Estadual

Exmo. Sr.

DEP. ORLANDO PESSUTI

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NESTE EDIFÍCIO"

Publicamos a todos os companheiros que de posse daqueles documentos xerocados eles estarão, esses e outros mais, à disposição de quem queira usá-los e verificá-los em nosso gabinete.

Era só, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Sr. Durval Amaral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. JOÃO PREIS - Infelizmente estou ocupando o Pequeno Expediente e não me permite o Regimento Interno dar o aparte.

V.Exa. tem toda a liberdade de usar esta Tribuna.

Estou aqui apenas transmitindo o teor da verdade, nada mais do que a verdade, porque os documentos, se Vossa Excelência ainda tiver, estão em poder da Presidência, da 1.^a Secretaria, e V.Exa. poderá requerer uma xerox porque não houve nem uma acusação a mais do que é de conhecimento público.

O que xerocamos foram ofícios e foram cópias de jornais que anexamos justamente nas denúncias que efetuamos aqui neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, nobres Pares, Deputados.

Como eu disse na Sessão de ontem, respeito e muito a instituição Assembleia Legislativa do Paraná. Tenho respeito por todos os Deputados, inclusive pelo Deputado que me ataca. Tanto é assim que, mesmo emocionalmente abatido, fico com a consciência tranqüila de quem nunca teve um título apontado em cartório, protestado, fico com a consciência tranqüila de quem nunca respondeu a um inquérito policial e, infelizmente, essa mesma verdade não acontece com relação ao que me ataca; nunca fui denunciado pelo Ministério Público e nem respondi a nenhum processo criminal.

Só para restabelecer a verdade, já que o nobre Deputado João Preis, que disputamos a mesma base eleitoral, que pagou um altíssimo preço na campanha de prefeito em

Maringá por ataques que, quero acreditar, não sejam e nem correspondam à idoneidade de homem público. Não pode ele tentar usar contra mim, e sabe e tem consciência e já enviei todas as minhas certidões negativas de todas as comarcas por onde militei, quer seja como advogado, quer seja como cidadão comum, porque nunca respondi a um inquérito, Senhor Presidente, nunca respondi a uma ação civil.

Tenho desentendimento com o Deputado João Preis, aliás, ele tem comigo, porque me elegi Deputado Estadual, porque trabalhei três anos e meio andando todos os finais de semana, como fazem muitos dos companheiros, dando respaldo e atendimento às reivindicações dos nossos prefeitos.

Tenho hoje uma base eleitoral consolidada; não é pela cor dos meus olhos e nem pelo dinheiro da Secretaria de Ação Social que todos vocês sabem o mínguido orçamento que ela tem. Isso é trabalho como tantos outros companheiros aqui têm a sua reeleição tranqüila porque trabalharam porque, em vez de irem nos finais de semana para as suas fazendas, para suas propriedades, vão trabalhar como operários do Legislativo.

Então, não podemos transformar um problema eleitoral em baixaria de desespero político, de desespero eleitoral, nobre Deputado João Preis.

Se não há o que temer do material que foi apreendido, requeri à justiça a apreensão desse material, deixe ele ser apreendido e o Senhor se despoje da sua imunidade parlamentar e responda criminalmente por isso. Se o Senhor for absolvido, se o Senhor for inocentado, automaticamente, tenho que me render de um material que o Senhor estava produzindo com finalidades eleitorais não se constituir em materialidade de crime.

Ora, é só abrir mão da imunidade, é só mandar isso para o Tribunal de Justiça. Não há o que temer. Não há o que temer.

O Senhor já respondeu a outros processos e sempre se saiu muito bem. Então, não há o que temer.

Agora, eu preciso, pelo amor que tenho aos meus filhos, pelo amor que tenho ao Legislativo, o Senhor que já processou um cidadão de Cambé por calúnia e injúria, difamação, e até obteve a condenação, o Senhor como Deputado brilhante que pretende ser, deve abrir mão da imunidade parlamentar. Deixe que eu lhe processe por calúnia, injúria e difamação. Deixe o Tribunal ver se aquele material é delituoso ou não. Não há o que temer. O Senhor é um empresário, é um homem bem sucedido, é um homem rico, é um homem que já disputou várias eleições, tem a sua reeleição garantida, se Deus permitir, na Cidade de Maringá, não há o que temer.

Só lhe peço como cidadão, como Deputado, e como colega de Assembleia Legislativa, se não há o que temer, não queira os documentos de volta, deixe eles serem encaminhados para o Tribunal Regional Eleitoral ou para o Tribunal de Justiça, abra mão da sua imunidade parlamentar para responder, exclusivamente, nesse caso, e eu lhe renderei as maiores como homem público, admirador de uma atitude tão corajosa. É só isso que espero.

Não quero confusão com um colega Deputado, não quero atrito, mas quero que prevaleça a verdade.

Enlamear, jogar pedras, tentar enxovalhar o nome de pessoas que trabalham, de gente séria, Sr. João Preis, é fácil. Quero ver provar, quero ver provar! Aí é que vem a diferença!

Abro aqui, nobre Presidente, as minhas contas pessoais como Deputado Estadual, abro todas as minhas contas. Não tenho que temer nem ao Senhor, nem à justiça, nem a ninguém. Quem sabe o Senhor pudesse ter a mesma grandeza!

Trago o meu passado dos últimos dez anos, abro as contas dos últimos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consulto se o Deputado está fazendo uso do horário das Lideranças. Seu tempo já está esgotado.

O SR. DURVAL AMARAL - É fácil, Deputado João Preis. Vamos fazer uma acareação em nossas vidas, na minha e na sua e tenho certeza que um homem que é cristão, que tem família, que tem caráter como espero que o senhor tenha, não vai persistir no erro de acusar levianamente alguém que nunca respondeu a um inquérito policial. Não posso acreditar que o senhor venha fazer isso ou permanecer e continuar nesse erro. Qual é o seu objetivo? Me destruir eleitoralmente? Então vá para as urnas.

Concedo aparte ao Deputado.

O Sr. João Preis - V.Exa. está partindo para o campo pessoal. Eu queria dizer a V.Exa. que tive um processo e fui considerado inocente e os que me acusaram, nós os condenamos com crime eleitoral e isso é de consciência e foi dito por V.Exa.. V.Exa. está partindo para o campo pessoal, mas já que partiu para o campo pessoal, nós podíamos dizer a V.Exa., de que isso que V.Exa. afirmou alto e bom som, não aconteceu em Ponta Grossa. Nós estamos documentados. V.Exa. foi condenado em Ponta Grossa.

O SR. DURVAL AMARAL - Eu?

O Sr. João Preis - Sim. Eu tenho os documentos, onde há uma sentença.

O SR. DURVAL AMARAL - Uma execução cível. Uma execução cível.

O Sr. João Preis - No cível.

O SR. DURVAL AMARAL - Não criminal.

O Sr. João Preis - Eu não tenho nenhuma execução, muito pelo contrário, executei e estou de posse das execuções. Por isso é que eu digo a V.Exa. que eu não queria partir para o campo pessoal, porque nunca lhe ataquei pessoalmente. Tenho cópias do que eu trouxe aos companheiros. Nunca fui contestado. Então eu gostaria que V.Exa. ao invés de partir para o campo pessoal, ocupasse o horário de todas as lideranças, para justificar as implicações que o senhor fez e tenho cópia, se faltar memória. Mostrar cópias do dinheiro mal aplicado. Quantas crianças, quantos cegos, quantos surdos não receberam o seu aparelho auditivo porque o Sr. usou dessa verba, atendendo aos seus municípios para fins eleitorais e fiz essa acusação e volto a frisar, estou documentado. Nunca fui contestado, prezado companheiro Durval Amaral. Então V.Exa., ao invés de partir para o campo pessoal...

O SR. DURVAL AMARAL - Eu não estou partindo para o campo pessoal. Eu não estou partindo.

O Sr. João Preis - ... para dizer do porquê desse dinheiro...

O SR. DURVAL AMARAL - Mas o senhor abre mão da sua imunidade parlamentar para responder a esse processo?

O Sr. João Preis - Gostaria que o Senhor abrisse também e viesse justificar a má aplicação das verbas. Apenas isso, mais do que isso eu não preciso. E os documentos...

O SR. DURVAL AMARAL - O Senhor abre mão da imunidade parlamentar? O Senhor abre mão da imunidade parlamentar?

O Sr. João Preis - Queria lhe dizer que os documentos que xerocamos...

O SR. DURVAL AMARAL - O Senhor abre mão da imunidade parlamentar?

O Sr. João Preis - Deixe eu concluir, Excelência! Os documentos que nós xerocamos, estão na mão da Presidência, foram analisados e são documentos que o meu assessor usou para o seu fim. Nós arquivamos enfim. E esses, como não foram contestados, estamos levantando novamente. Então

V.Exa. ao invés de partir para o campo pessoal, explique e justifique a mal ver-sação das verbas públicas. Quando V.Exa. tinha uma grande oportunidade, ocupando uma Secretaria, do tamanho da Secretaria do Trabalho e Ação Social, V.Exa. conviveu com essa Secretaria e tinha uma grande oportunidade de tirar o Paraná dessa situação de 6º lugar em miséria, mas muito ao contrário. V.Exa. usou do cargo para se beneficiar. É o que nós tínhamos a dizer a V.Exa..

O SR. DURVAL AMARAL - Mas V.Exa. abre mão da imunidade parlamentar, Deputado? Eu abro mão da minha.

O Sr. João Preis - Se eu tivesse cometido algum crime, eu abriria.

O SR. DURVAL AMARAL - Mas se o senhor não cometeu, não tem o que temer, Deputado!

O Sr. João Preis - Não cometi nenhum crime e foi consultado o jurídico posteriormente, e nada consta como crime eleitoral, porque são documentos de conhecimento público. Jornais, revistas lidos aqui.

O SR. DURVAL AMARAL - Mas o senhor abre mão da imunidade?

O Sr. João Preis - V.Exa. está se apegando a uma coisa secundária.
Se eu tivesse cometido, eu abriria.

O SR. DURVAL AMARAL - Está cassada a palavra dele, Presidente. Quero continuar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A palavra está assegurada ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Quero dizer, Deputado João Preis, que eu não o ataquei e estão aqui registrados nos Anais da Casa, em nenhum momento. Só disse que nunca respondi a uma ação criminal, nunca fui indiciado em inquérito como aquele que me ataca. Só para fazer uma correção para que seja restabelecida a verdade...

O Sr. João Preis - O senhor não foi absolvido.

O SR. DURVAL AMARAL - e só para fazer uma correção para que seja restabelecida a verdade, o senhor não foi absolvido. A ação prescreveu no Fórum, não houve uma sentença de absolvição.

O Sr. Renato Adur - Me concede um aparte? (Assentimento).

Temos observado essa polêmica que já vem de alguns meses na Casa, o nosso companheiro Deputado João Preis que se sentiu prejudicado em algumas questões, V.Exa. também. E, na qualidade de líder do PMDB e do Governo nesta Casa, eu acho que na vida existem percalços, existem problemas, existem certas complicações que às vezes, nos levam pela força do mandato que nós recebemos no exercício do nosso trabalho político, por força até do brio próprio que cada cidadão tem, nos levam a tomarmos certas atitudes e levamos a público certas questões que, ao final, se fizermos uma avaliação mais criteriosa, mais equilibrada todos saem perdendo. Ninguém sai ganhando.

Então gostaria de fazer um apelo aos nossos parlamentares, colegas de Bancada e que nós pudéssemos sentar e eu me colocaria à disposição também para, se for o caso, Deputado João Preis, para até onde for possível a nossa participação, nos colocarmos à disposição para discutirmos, talvez, a Bancada toda, talvez as duas Bancadas, talvez a Liderança junto com as pessoas interessadas e tentarmos chegar a um termo a esse respeito. Eu percebo que da maneira que está indo, nós vamos chegar a um desgaste a partir de agora que o lucro não será de ninguém. Lucro que eu digo, é o lucro moral, é o lucro social, é o lucro de trabalho que não vai render para ninguém. Pelo contrário, nós vamos ter desgaste, nós vamos ter prejuízo, nós vamos ter problemas até de desgaste físico e emocional entre tantas outras coisas.

Acho que o problema já existe. Ele está aí. Precisa ser resolvido. Agora, numa tribuna, ou, tornando cada vez mais públicas as questões, eu não sei até que ponto isso pode se chegar a um bom termo.

Queria fazer um apelo a V.Exa. e também ao Deputado João Preis, para que possamos sentar a uma Mesa, talvez com a nossa Presidência, os Líderes aqui, desta Casa, e tentarmos ver aonde a gente pode ser útil. Se for para somar e para ajudar nós estamos à disposição. Se for para dividir e prejudicar nós nos colocamos em nosso devido lugar.

O SR. DURVAL AMARAL - Todo auxílio é válido Deputado e eu só pediria sempre ao Deputado João Preis que tivesse uma postura ética e moral como é de se esperar do caráter de um Deputado. Infelizmente eu tenho fé e quero crer e acreditar que ele possa ter esse comportamento. Se tiver é tranquilo, não há problema nenhum, mas, não ficará impune esta ação. Efetivamente eu espero que o Deputado venha abrir mão da sua imunidade parlamentar, abra a mão das suas prerrogativas de sigilo bancário para que a gente possa ver exatamente quem

É quem nesta Casa. E quero dizer mais, a execução a qual o senhor se referiu foi de uma empresa que eu tinha apenas uma participação acionária e não minha. E um outro ponto. Temos na Secretaria do Trabalho e da Ação Social vinte clubes do Irmão Cagula implantado com recursos realmente alocados SERLOPR, com recursos da Secretaria do Trabalho e da Ação Social que estão sendo implantados em todo o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Informamos ao Deputado que seu tempo está esgotado e concedemos a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável que cheguemos a um episódio desta forma nesta Casa. Mas pela experiência e a vivência que temos já durante três mandatos aqui nesta Casa, cabe a mim fazer um apelo aos companheiros Deputados Durval Amaral, e o Deputado João Preis, a quem tenho muito respeito, muita admiração. Sou um dos responsáveis a levá-lo às fileiras do Partido Progressista, partir da nossa pessoa o convite oficial. Eu diria que com os escândalos e as vergonhas que o País vive hoje, com a desmoralização das instituições, mas que com tudo ainda a Assembleia Legislativa do Paraná é uma Assembleia digna e respeitada através dos Senhores Deputados.

E o apelo que faço neste instante é de que as razões pessoais, as críticas pessoais não abalem as estruturas morais no campo pessoal. Os dois têm direito de defesa, mas não podemos trazer a este Plenário estas questões que podem atingir, inclusive, indiretamente o nosso Poder Legislativo. E a sugestão que fazemos é de que existe justiça. Nada melhor do que a justiça para provar a realidade dos fatos.

Quando o Deputado Durval Amaral levantou a questão de que nunca teve um protesto, nunca foi executado, eu não tenho vergonha, Deputado Durval Amaral, de dizer aqui a esta Casa que eu já tive vários protestos na minha vida, já tive várias execuções na minha vida e não me envergonho disto. Se as tive não por ser desonesto ou por ser caloteiro. Consequências da economia brasileira. E quero crer que muitos e muitos empresários do Brasil e do Paraná sofreram as mesmas consequências. Quantas falências no Brasil, mas pelas incompetências dos planos econômicos levaram a tais situações.

Então, acho, como companheiro que sou dos Senhores Deputados, que hoje trazem uma questão que já está indo para o campo pessoal nesta Casa, eu faria um apelo de que este assunto fosse encerrado a

partir de hoje neste Plenário.

Mas, se os Senhores Deputados e o Senhor Presidente, acatarem a nossa decisão poderá então criar uma Comissão Especial de Deputados para analisar o caso. Mas eu ainda prefiro de que este caso a justiça decida. A questão de abertura de imunidade Parlamentar eu posso lhe dizer, Deputado Durval Amaral, quase doze anos que tenho imunidade parlamentar e nunca prevaleci da minha imunidade parlamentar, porque nós sabemos de que os mandatos são passageiros e não podemos ficar na esperança de que nós teremos a eternidade da imunidade.

E até se dependesse do Deputado Dirceu Manfrinato, alguns casos que já vi por aí de Parlamentares, estas imunidades nestes casos deveriam ser liberadas para que eles fossem julgados.

Então, este apelo eu faço, Senhor Presidente, para que este assunto hoje se encerre, buscando, se é no campo eleitoral, buscando o prestígio pessoal, demonstrando no futuro quem são os verdadeiros, reais donos do eleitorado das suas regiões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos aqui desta Tribuna fazer um apelo ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, companheiro, amigo pessoal, Olivir Gabardo, que assumiu recentemente esta pasta em substituição ao Secretário Elias Abrahão. Não é possível mais se suportar a situação que vivem as escolas estaduais pela falta de professores, não é possível que não tenha havido uma preocupação já no início do ano escolar sabendo que haveria falta de professores de determinadas matérias e não se tenha tomado uma decisão.

Hoje que nós vemos em quase todas as escolas estaduais da Capital do Estado, da região metropolitana, e quero crer me pareça isso aconteça no interior do Estado do Paraná, a falta de professores, principalmente na matéria de matemática. Ainda hoje pela manhã recebia inúmeros telefonemas no meu programa de pais de alunos preocupadíssimos, os alunos têm um determinado horário para voltar para casa, e isto já acostumou os pais até na busca das crianças no portão do colégio. E o que ocorre hoje? Escolas encerrando o expediente por volta das 10:00 da manhã, por volta de 10:30, e não do meio-dia como é costumeiro, por quê? Porque estão faltando professores para dar as outras aulas. Então, nós fazemos um apelo ao Secretário de Educação, nós sabemos que foi aberto um

concurso público seletivo, milhares de professores se inscreveram, mas no entanto eles têm sessenta dias para escolherem uma escola, e os alunos não vão esperar mais sessenta dias para que se solucione este problema, estamos já na metade do ano praticamente e muitos alunos estão sendo sacrificados pela falta de professores em determinadas matérias.

A mesmo tempo que eu venho também, estou dando entrada hoje na Mesa de um Requerimento, também à Secretaria de Estado da Educação solicitando informações sobre o processo administrativo disciplinar instaurado para apurar irregularidades na Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo nesta Capital. Como é de conhecimento de todos, vários problemas ocorrem naquela escola em consequência de violência aplicada contra alunos; lembro-me que no dia 27 de julho de 93, o Senhor Caleb Pereira de Carvalho Filho, como Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, informava que tendo em vista a constatação por via de processo de sindicância, de irregularidades na Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo nesta Capital, aquela pasta determinou a instauração de um processo administrativo disciplinar. E tal procedimento teria o fim de apurar as seguintes irregularidades: disfunção de funcionários, prática de comércio dentro do estabelecimento e cantina comercial com o funcionamento irregular. Em que pese a consideração dispensada pela Secretaria às denúncias que resultaram na instauração dos referidos processos, até o momento ainda não vieram a público. Cito aqui apenas alguns colégios, por exemplo Colégio Cecília Meirelles, Colégio Conselheiro Zaccarias e outros tantos que têm aí a falta de professores.

Também estou dando entrada na Mesa hoje de um pedido de informações com relação a situação ainda de alguns processos por exemplo, qual é o andamento da Mensagem do Governo do Estado... (Passar a Ler, xerox em anexo).

REQUERIMENTO Nº 027

SOMULA: Requer informação da Mesa da Assembléia Legislativa sobre o andamento de projetos de iniciativa do Poder Executivo.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, digno-se a Mesa da Assembléia Legislativa a informar o seguinte:

- Qual o andamento, neste Poder, da Mensagem do Governo do Estado que pretende alterar o disposto na Lei nº 10.066/92, mudando a sede do Instituto Ambiental do Paraná. IAP, para o Município de Piraquara;

ra;

- Qual o andamento, neste Poder, da Mensagem do Governo do Estado que pretende autorização para cessão dos imóveis da Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Instituto Ambiental do Paraná nesta Capital;

- Qual o procedimento que a Mesa adotará para tais propostas considerando a concessão de liminar, no dia 07 de abril próximo passado, pelo meritíssimo Juiz de Direito José Laurindo de Souza Netto, da Comarca de Piraquara, que determinou a sustação das obras de reforma da pretensa futura sede da SEMA/IAP, naquele município, impedindo ainda a transferência dos funcionários e instalações laboratoriais, até que seja apresentado o Estatuto Prévio de Impacto Ambiental e consequente Relatório.

Palácio XIX de Dezembro
Sala das Sessões, em 28.04.94.
(a) ALGACI TÚLIO

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero também neste momento dizer da nossa satisfação em termos estado ontem com os Deputados Anibal Khury, Djalma de Almeida César, Luiz Carlos Zuk, Ernani Pudell, Heinz Herwig, Cleiton Kielse e Domingos Carvalho, na cidade de Carambeí.

Esta comitiva de parlamentares foi ontem recebida extraordinariamente pelas famílias mais tradicionais de Carambeí, famílias estas de descendentes de holandeses que desbravaram uma das regiões, talvez uma das piores terras da região do Estado do Paraná...

Uso o Horário da Liderança do PDT.

... como dizia ontem o Deputado Ernani Pudell, que com bravura, com determinação conseguiram sobreviver e transformar aquela região numa das mais progressistas do Estado do Paraná e aquela população deseja luta já há muito tempo pela emancipação, criando o Município de Carambeí, desmembrando-se na Cidade de Castro.

Acho que esta Casa que já criou tantos e tantos municípios, alguns até que não tem sequer a metade do poderio econômico que tem a região de Carambeí, precisa rever o processo que está nesta Casa urgentemente para que possamos colocá-lo à disposição da comunidade, para que se faça um plebiscito no sentido de decidir pela criação ou não do Município de Carambeí.

Ontem todos nós fomos recebidos com muitas homenagens, mas em momento algum as famílias tradicionais nos questionaram, exigiram de nós parlamentares que trabalhássemos neste sentido, apenas pediram para que reconheçêssemos a necessidade da criação do município, mostrando dados im-

portantes, o crescimento, o que arrecada Carambei para o Município de Castro e lamentavelmente não recebe aquilo que lhe é devido por esta extraordinária arrecadação.

Então nós queremos aqui, fazer um agradecimento público desta tribuna as famílias Degeus, Borgus, Vitrika que formaram as quatro grandes cooperativas de Carambei a Batavo, a Castrolanda, a Central e a Arapoti.

Dizer de que saímos de lá bastante sensibilizados e emocionados até pela maneira como nos trataram, pelo respeito que eles têm à classe política do Paraná, em especial a este Parlamento, e a certeza de que eles têm e acreditam de que nós haveremos, em breve, fazermos o devido reconhecimento à potencialidade daquela região, da criação do Município de Carambei que já foi tornado Distrito numa lei do Deputado Anibal Khury, ontem merecedor de muitas homenagens.

Não temos voto naquela região, lá os mandos políticos são do Domingos Carvalho, do Djalma de Almeida César, do Luiz Carlos Zuk, mas nós achamos e lá estivemos e pudemos ver de perto a importância daquela região e não é concebível que uma região tão progressista, com crescimento extraordinário, é quase que uma cidade de 1º mundo, Carambei, pela maneira com que aquele povo realmente transformou aquela cidade.

Uma juventude extraordinária, um povo realmente trabalhador e que merece e tenho a certeza vai merecer o apoio desta Casa.

Era esta a mensagem que eu queria trazer a esta Casa, de agradecimento àquelas pessoas que ontem e no início da madrugada de hoje nos receberam lá nas instalações da Batavo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Feliz foi o Deputado Dirceu Manfrinato que pediu daquela Tribuna, bom senso, consciência e amor ao Parlamento.

Nós, que há três anos e meio fazemos uma oposição séria, uma oposição consciente, com provas, estamos bastante estarecidos com as denúncias que saem daquela Tribuna, porque desta Tribuna os Deputados sobem, pedem requerimentos, pedem pedidos de informações e, daquela Tribuna, existem acusações de companheiros contra companheiros.

Nós estamos vivendo um processo de moralização nesse País. No Congresso Nacional tenta-se eliminar os culpados do organismo.

Nas câmaras municipais do Brasil e do Paraná cassam-se vereadores todos os dias por delitos e por irregularidades.

E aqui, infelizmente, nós estamos assistindo a verdadeiras guerras, a verdadeiras denúncias que nunca são comprovadas porque a Bancada do Governo jamais aprova os requerimentos e os pedidos de informações.

Nunca desta Tribuna Deputado algum acusou outro de algum erro ou de algum crime, mas daquela Tribuna quase todos os meses acontecem essas acusações.

Os Senhores lembram bem a acusação do Deputado Ritti contra o Deputado José Afonso e vice-versa, acusações do Deputado Preis para com o Deputado Durval e vice-versa, acusações do Ilustre Deputado Nilton Barbosa aí já contra um Secretário de Estado Elias Abrahão e através de toda a imprensa do Paraná as acusações de dois Secretários: Romanelli e Scarpellini.

Nunca dessa Tribuna, sempre daquela Tribuna. E nós, deste lado de cá, nunca tivemos acesso a essas informações. Nos preocupamos com o nosso Parlamento e com os nossos eleitores porque foram muito poucas as vezes ou quase nenhuma que os Deputados que foram secretários atenderam reivindicações desses Deputados de oposição que também representam o povo do Paraná. Afinal de contas o "slogan" não é governador de todos os paranaenses, governo de todos os paranaenses. Agora, os nossos eleitores não tinham condições de seres humanos; os eleitores do governo sim tinham condições de serem atendidos.

Que Paraná é esse? Que hipocrisia é essa? Que mentira é essa?

Senhores Deputados, queremos um Parlamento forte, queremos um povo muito bem representado. Não queremos ironia e hipocrisia como saem muitas vezes daquele lado.

Senhores Deputados, todas as acusações que saem daquele lado acabam prejudicando todo o Parlamento e todos os Deputados, porque o povo não tem acesso à mídia e não tem acesso a essa Assembleia Legislativa.

Por isso, peço aos Srs. equilíbrio, consciência, se os Srs. a tiverem, muitos dos Srs., para que não continuem esse mar de lama derramado daquela Tribuna.

Peço aos Srs. esclareçam as suas dúvidas.

Lembro-me muito bem, Deputado Durval Amaral, foi feito um pedido quando o Sr. era Secretário e não foi aprovado, com o voto, inclusive, do Deputado contra o pedido de informações que, se não me engano, foi do Deputado Florisvaldo Fier.

Agora, mais uma vez, peço aos Srs. em nome dos homens sérios deste Estado que os Srs. esclareçam.

Aproveito mais uma vez, entrei nessa

Casa com um projeto de quebra de sigilo bancário. Aproveem o projeto e acabem com as demagogias.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente Deputado Antonio Costenaro. (Declina).

Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Esta sessão matutina até parece uma sessão de pastores de igreja em que um sobe à Tribuna e pede paz, amor; o líder do governo, tranqüilidade; o Deputado Fregonese pedindo para todos se manterem calmos e que as acusações desta Tribuna é dirigida a um ou a outro companheiro.

Não tenho procuração de ninguém nesta Casa para defender os Deputados. Tenho procuração do povo para dizer, Deputado Lourenço Fregonese, para dizer que daquela Tribuna acabaram as denúncias porque a corrupção do PRN, do Collor de Mello foi cassada pelo Congresso Nacional e pela juventude de cara-pintada e pelo povo paranaense e pelo povo brasileiro.

O PFL se une em Brasília para não cassar Ricardo Fiúza. Uma indignidade nacional. E não temos com quem brigar, talvez tenha sido isso, acusações de companheiros que não defendo nenhum, mas não posso me calar, fazendo parte desta Bancada, de ouvir de V. Exa. dizer que desta Tribuna um é pastor, o outro é mediador, mas a denúncia que V. Exa. faz do Porto de Paranaguá, a corrupção do PRN, partido que V. Exa. foi eleito. O maior ladrão do Brasil, Collor de Mello, e o PC Farias está preso durante cem dias, depois de ter fugido durante meses.

Não podemos engolir sapo envenenado. Não podemos ouvir desaforo, nós que temos fibra e dignidade, e ficar calados, Deputado. Temos ouvido tanta coisa do lado de lá e temos ficado quietos, às vezes, para não brigar com os companheiros, mas não podemos aceitar que V. Exas., hoje vestidos de moralistas, e não estou acusando V. Exa., mas o partido que deu origem ao mandato de V. Exas., não tem crédito nenhum no Brasil. V. Exas. tiveram a dignidade de abandonar um partido que estava cheio de corruptos ao nível nacional, onde prenderam PC Farias, onde Martinez fez uma campanha com o dinheiro dos miseráveis do Nordeste, do leite que o Sarney dava e que o governo Collor cortou para entupir o bolso dos corruptos do Brasil.

Não estou acusando nenhum de V. Exas., mas o partido que deu origem, mas estou indignado com o PFL nacional mobilizado para tentar não cassar e, talvez, esse acordo com o PSDB em que Fernando Henrique que o apoio do Antoninho "malvadeza" e pa-

ra fechar o acordo eles querem salvar a pele do Ricardo Fiúza, que abandonou o Paraná nas enchentes de União da Vitória, veio aqui no Palácio Iguazu, fomos com ele a União da Vitória, a Rio Negro, Deputado Swarowski, prometeu os recursos e não veio um tostão. Mas o dinheiro para a corrupção a Nação inteira continua estarrecida com a corrupção no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Brilhante a exposição do Deputado Annibelli que durante três anos usou daquela Tribuna e agora usa essa Tribuna dentro de um acordo firmado, de uma escolha particular firmada.

Fomos eleitores de Fernando Collor de Mello, fomos e brigamos como trinta e quatro, trinta e cinco milhões de brasileiros.

Se ele era um corrupto, enganou a todos, não temos vergonha disso.

Estou apreensivo com o que acontece em Brasília. Esperava que todos fossem cassados. A primeira coisa que eu esperava é que todos os bens fossem confiscados. E digo mais, aquelas acusações que fiz do Porto de Paranaguá simplesmente se transformaram em vinte e uma impugnações do Tribunal de Contas e seis processos.

Este Deputado prova o que fala.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PT. Dr. Rosinha.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Moreira Sales, nosso companheiro, Moacir José Adão, mais popularmente conhecido como "Tatu" e a sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Queremos registrar a pedido do Deputado Alceu Swarowski, a presença do Vereador João Maria da Rocha, de Agudos do Sul.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. O Deputado Lourenço Fregonese volta à tribuna, disse que o Congresso Nacional está fazendo uma auto-limpeza. Pelo menos até o momento ele tem se comportado: cassou Deputados por narcotráfico, acusados por narcotráfico, cassou Deputados acusados de terem se vendido para trocarem de partidos, cassou Deputados corruptos naquela questão da CPI do Orçamento, ou seja, pelo menos o Congresso Nacional tem tentado fazer com que aquele que não mereça o mandato popular, seja pu-

nido.

A política brasileira tem tido um problema sério que é não conseguir ter transparência e agir democraticamente, nós que assumimos mandatos, no sentido de que a população possa saber o que ocorre dentro das quatro paredes do Parlamento, do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Ontem foi o tipo de exemplo que se não tivéssemos atentos, teria cometido e foi cometida uma grande irregularidade, uma irregularidade muito séria dentro desse Parlamento.

Ontem, ao ser votado o Projeto de Lei nº 57/94, que diz respeito à integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Militares e Praças da Polícia Militar de qualificação militar, ao termos acesso à Mesa, ao processo que tramita, fomos verificar que o parecer assinado por mim, tinha a sua data adulterada, com o objetivo de não tornar válido aquele parecer, uma vez que, autoritariamente e anti-regimentalmente o PT foi afastado das comissões. Fomos afastados das comissões após a data do dia 11 de abril pela Mesa Executiva da Assembleia, de maneira que entendemos, desrespeitando o Regimento Interno, que fará com que novamente, o PT tenha que entrar na Justiça para garantir os seus direitos, como já fizemos no ano passado.

No ano passado, após ganharmos a liminar, demorou quase 30 dias para serem feitos os novos cálculos. Agora, em menos de 24 horas, os novos cálculos estavam prontos. Como achavam que por termos sido afastados da Mesa, o nosso parecer não teria validade, ao invés de questionar isso politicamente, adulterou a data deste parecer, por isso hoje, dou entrada na Mesa de um Ofício, solicitando que a Mesa tenha a mesma presteza que teve ontem em relação ao Deputado Durval Amaral que tenha agora, de solicitar à Polícia Civil, à Polícia Técnica para fazer o exame grafotécnico para ver quem foi que adulterou. Se foi funcionário, seja punido e que foi por ordem de alguém e esse alguém seja Deputado, seja enquadrado no Regimento Interno, de acordo com o Capítulo: Decoro Parlamentar, visando a punição do mesmo. É inconcebível que num Parlamento não se discuta politicamente os fatos, enquanto que afastar um partido dos seus direitos, age desrespeitando o Regimento Interno e depois mais, age criminalmente, adulterando data de pareceres. Não concordamos com isso e através desse Ofício solicitamos que imediatamente seja esclarecido. Se não o for, entenderemos que a Mesa é conivente com tal ato e a mesa responderá criminalmente por isto. Porque cabe a ela verificar e solicitar da Polícia Técnica a apuração. E assim queremos que seja feita com a rapidez

com que vem agindo o Congresso Nacional, a punir aqueles parlamentares que lá agem irregularmente. E aqui, no nosso Estado, que sirva de exemplo este caso, porque se não acontecer isso a Mesa será conivente com o fato criminal de adulteração de uma data.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 103/94, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, comunicando a sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 18 e 20 do corrente mês, em virtude de encontrar-se na região Sudoeste, na comunidade de Dois Vizinhos. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 075/94, subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 28 do corrente mês, em virtude de viagem à Cidade de Guaíra, onde estará participando dos atos solenes de abertura de mais uma Festa das Nações. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 059/94, subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, comunicando que durante a Sessão Extraordinária de ontem, ao votar o Projeto de Lei nº 057/94 - Integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Militares e das Praças Polícia Militar a Qualificação Militar - constatou-se que houve rasura na data de apresentação da emenda formulada pelo relator. À Comissão Executiva, para apreciar.

Requerimento de nº 1011, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. À Comissão Executiva, para apreciação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/94. Integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Militares e das Praças da Polícia Militar a Qualificação de Policial Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO APROVADAS EM -

2.^a DISCUSSÃO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2.^a DISCUSSÃO.

Em votação as emendas.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Frisando o entendimento feito ontem, nesta Casa, entre a Liderança do Governo e o Parecer emitido a respeito das emendas apresentadas pelo Deputado Renato Adur, pelos Deputados da Bancada do PT e a Deputada Emilia Belinati, de que as emendas foram apensadas, as emendas dos Deputados do PT e da Deputada Emilia Belinati. O entendimento ontem de que aprovamos essas emendas e aprovamos também a emenda do Deputado Renato Adur.

E, a nossa preocupação neste momento é apenas em relação ao que consta aqui na Ordem do Dia, e eu acho que esse entendimento nós fizemos com o Deputado Renato Adur, de que não estaria aprovado a totalidade de ambas as propostas e os artigos da emenda do Renato Adur.

Então, aprovadas as emendas da Deputada Emilia Belinati e dos Deputados do PT, automaticamente ficaria prejudicado o art. 6º do projeto em tela, como também, da emenda do Deputado Renato Adur. Que creio ser esse o entendimento feito ontem neste Plenário. Apenas como questão de esclarecimento sobre o entendimento em relação ao referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Conulto o Deputado Renato Adur sobre o entendimento havido entre as Lideranças de Bancada.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, concordamos com o Deputado Paulo Maia. Ficou determinado que aprovaríamos essas emendas de Plenário aprovadas em segunda discussão, ficando a emenda do art. 6º, da retirada do art. 6º mantida a emenda e na emenda nossa que tinha art. 5º e 6º, prevaleceria a nossa emenda com o art. 5º. Sendo prejudicado o art. 6º. É isso Deputado Paulo Maia?

Então repetindo, Senhor Presidente: a nossa emenda aprovada com o art. 5º e 6º, aí aprovada a emenda da Deputada Emilia Belinati e do Deputado Fier, ficaria prejudicado esse art. 6º, permanecendo o art. 5º.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação então, a emenda modificativa do Deputado Renato Adur.

Aprovada.

Emenda supressiva.

Aprovada.

Deputada Emilia Belinati com diversos apoiantes.

Aprovado.

3.^a Discussão do Projeto de Lei nº 057/94.

Aprovado.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/93. Objetiva acrescentar ao artigo 58, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o inciso VIII e do § 4º, com redação conforme específica (Previdência Social e dos Servidores Públicos Estaduais). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 401/93

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

P A R E C E R

A Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 401/93, que acrescenta no art. 58 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o inciso VIII e do § 4º, conforme especifica.

O projeto foi aprovado em 1.^a discussão e a emenda mencionada, foi apresentada dentro da forma e prazo regimental.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Toti Colação, Ernani Pudell, Paulo Maia, Emilia Belinati.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 401/93, de autoria do Poder Executivo da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 401/93 por 10 (dez) sessões.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/93, de autoria do Deputado Luiz Antônio Setti, que determina a obrigatoriedade de identificação de todas as pessoas que ingressam em hospitais ou casas de saúde, públicos ou privados, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS C.C.J., C.S.P. e CONTRÁRIO da S.P.. (Publ. no D.A. nº 110, de 16/08/93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 406/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, o Projeto de Lei nº 406/93, visa tornar obrigatório a identificação de todas as pessoas que ingressam em hospitais ou casas de saúde, públicos ou privados, no Estado do Paraná. Foi solicitado junto ao Secretário de Saúde do Paraná, para que se pronunciasse a respeito do assunto, e ele através do Ofício nº 1343/93/GS, encaminha cópia de parecer exara-o pela Diretoria de Serviços de Saúde em anexo que diz que a medida que se pretender tomar com a aprovação do presente plano de lei, já vigoram em elevados números de hospitais do Paraná, principalmente os de médio e grande porte.

Apesar desta medida estar sendo tomada por alguns hospitais, não diz que a medida é obrigatória, podendo deixar de ser adotada conforme critério tomado por futuras diretorias, e o que se pretende, é que a medida seja realmente obrigatória em todos hospitais e casas de saúde do Estado do Paraná.

Nos dias de hoje, a identificação de pessoas tornou-se normal em todos os órgãos da administração pública, tanto no âmbito federal, estadual e municipal, através de crachás, e autorizações que são assinadas pelos responsáveis das repartições visitadas e depois devolvidas nas portarias para que se saiba exatamente o que o visitante realmente quer.

O presente projeto de lei, vem de encontro as normas adotadas nessas repartições públicas, tornando obrigatório através de lei, nos hospitais e casas de saúde, evitando desta forma o seqüestro de crianças, e porque não dizer mais claramente o roubo para o tráfico ou comércio de menores.

Do ponto de vista legal, regimental e constitucional, nada impede o seu trâmite legal por este Poder Legislativo, e aprovação dos Senhores Parlamentares, sendo nosso voto favorável.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 406/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Antonio Setti, tem por finalidade determinar a obrigatoriedade de identificação de todas as pessoas que ingressam em hospitais ou casas de saúde, públicos ou privados, no Estado do Paraná.

No âmbito desta Comissão Técnica, verificamos tratar-se de proposta de relevante alcance social, ressaltando a preocupação do autor com a segurança, de todos

que transitam ou usufruem dos estabelecimentos hospitalares.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.12.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 406/93

P A R E C E R:

A proposição em tela visa a obrigatoriedade de identificação de todas as pessoas que ingressem em hospitais ou casas de saúde, públicos ou privados, no Estado do Paraná.

No mérito, competência desta Comissão emitimos parecer contrário ao projeto em exame, porquê:

- Já existe lei disciplinando a matéria, portanto é inútil e redundante a presente proposta;

- A medida que se busca repetir leis existentes, sem inovação, torna-se dispendioso para o Estado e para a sociedade manter a estrutura legislativa. De outro lado, há reclamos da população para concretização em lei de seus anseios e necessidades prementes.

- Além disso, é importante ressaltar que a função do Parlamentar, além de legislar sobre proposições que venham contribuir para o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, e finalmente o político, objetivando diretrizes que contribuam para o desenvolvimento integral do ser humano e, conseqüentemente do País, deve também exercer controle interno e externo conforme dispõe nossa Carta Magna.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.94.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O item 3º que determina a obrigatoriedade de identificação de todas as pessoas que ingressem em hospitais ou casas de saúde pública no Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer contrário uma vez que já há legislação que disciplina a entrada de pessoas em locais públicos ou privados, independente inclusive de ser hospitais, e estabelece como é feita esta segurança.

E inclusive hoje todas as casas de saúde e hospitais já fazem uso dessa legislação, uma vez que qualquer um de nós, inclusive nós Parlamentares ao visitar um hospital temos que ser identificados na

porta, às vezes, inclusive, pegando o crachá daquela instituição.

Quer dizer, então, é uma lei no nosso entender, inócuo, uma vez que já existe lei intercorrente, lei que já disciplina esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrada a discussão. Em votação.
Rejeitado.

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 065/94, autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que disciplina a fiscalização dos sistemas privado e público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 17 de 14.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 065/94

AUTOR: DEPUTADO LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa disciplinar a fiscalização dos sistemas privado e público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas e dá outras providências.

De acordo com a competência atribuída a esta douta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos óbices para a tramitação do presente nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 065/94

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 065/94, de autoria do ilustre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que tem por finalidade disciplinar a fiscalização dos sistemas privado e público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas, e dá outras providências.

Na competência desta Comissão, conforme art. 33, § 5°, do Regimento Interno, temos que nada impede que o presente Plano de Lei mereça a aprovação dos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.94

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

116/94, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Miguel do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 33, de 04.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 116/94

AUTOR: DEPUTADO ÉLIO LINO RUSCH

P A R E C E R:

O Plano de Lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Miguel do Iguaçu, com sede e foro naquele Município.

Os documentos acostados comprovam que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Miguel do Iguaçu, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III, IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 26.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Moradas de Deus, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 38, de 11.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 118/94

P A R E C E R:

De autoria da Deputada Emilia Belinati, o Projeto de Lei n° 118/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas "Moradas de Deus", com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os ditames legais contidos na Lei n° 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° -

122/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Batista, com sede e foro no Município de Umuarama - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 38, de 11.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 122/94

Autor: Deputado Nelson Garcia

P A R E C E R:

O presente plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública o Núcleo Social Batista, com sede e foro no Município de Umuarama - Paraná.

Os documentos acostados comprovam, que o Núcleo Batista de Umuarama, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 1007, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Pedimos se V. Exa. pode ler mais pausadamente, porque não entendemos o teor desse Requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito ao 1° Secretário a leitura do Requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - (Lê o requerimento).
Esta é a súmula.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - O Líder do Governo solicita a leitura integral da justificativa.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, já estamos convencidos.
Dispensamos e aprovamos o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em votação o Requerimento.

Aprovado.

Requerimentos n°s 1008 e 1009, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1012, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adie-se na forma regimental.

Florisvaldo Fier - apreciação.

Florisvaldo Fier - pedido de informações.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em acordo com a Liderança do PMDB, solicitamos o adiamento da votação desse requerimento para a próxima Sessão, segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Deferimos o pedido.

Florisvaldo Fier - pedido de informações.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Esse Ofício ontem, a Mesa estava presidida pelo Deputado Orlando Pessuti, e foi adiado para segunda também, de acordo com a Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nossa assessoria aqui está falhando.

Requerimento n° 916, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa..

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Existe um requerimento meu na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Já encaminhamos à Comissão Executiva, nobre Deputado, para apreciação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 065/94, 116/94, 118/94 e 122/94.

Levanta-se a sessão.